

**HABEAS CORPUS Nº 515.922 - BA (2019/0172805-7)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : GILSON CERQUEIRA SANTOS FILHO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : DANIEL SANTOS PRAXEDES SOUZA - BA047201  
GILSON CERQUEIRA SANTOS FILHO - BA053015  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : MARIA DA GLORIA SANTANA GONZAGA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARIA DA GLÓRIA SANTANA GONZAGA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**.

Depreende-se dos autos que a ora paciente foi presa em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva, em 20/01/2019 (fl.58), pela suposta prática do crime previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a Defesa impetrou habeas Corpus perante o Tribunal de origem. O Tribunal denegou a ordem, em acórdão de fls. 153-168, que restou assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ALEGAÇÕES DE NULIDADE NA PRISÃO EM FLAGRANTE E DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, INVIÁVEL NA VIA ELEITA DO WRIT. DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA BASEADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. PACIENTE QUE SERIA CONTUMAZ NA PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS, JÁ OSTENTANDO DUAS CONDENAÇÕES PRÉVIAS. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. INVIÁVEL TAMBÉM A CONVERSÃO DO CÁRCERE EM PRISÃO DOMICILIAR, COM AMPARO NO ART. 318, V, POR NÃO SE ENQUADRAR A PACIENTE NAS HIPÓTESES LEGAIS DE CABIMENTO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. QUESTÃO SUPERADA. INICIAL*

*ACUSATÓRIA OFERECIDA E DEVIDAMENTE RECEBIDA. TRÂMITE REGULAR DA AÇÃO PENAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM EM HARMONIA COM O PRONUNCIAMENTO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA" (fl. 168).*

Daí o presente **writ**, no qual sustentam os impetrantes, em linhas gerais, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a segregação cautelar do paciente, bem como não estão presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Aduzem excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que a paciente está *"presa a mais de 05 (cinco) meses sem a decisão de piso fundamentar o decreto prisional"* (fl. 05).

Argumentam que a prisão está eivada de ilegalidade, uma vez que: *"Os depoimentos prestados no bojo do Auto de Prisão em Flagrante são esclarecedores, não houve autorização judicial, ou informal por parte das pessoas que se encontravam no local. Por outro lado, não havia situação de flagrância, não havia a prática de crime permanente no interior da residência, sendo encontrado apenas dinheiro"* (fls. 08-09).

Sustentam que: *"não há, no caso em tela, indícios de autoria e materialidade, pois não é possível fazer uma ligação imediata entre a droga supostamente encontrada em um terreno baldio e a Paciente"* (fl. 10).

Ponderam que a paciente ostenta condições pessoais favoráveis e possui 03 filhos.

Obtemperam a possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, bem como a prisão domiciliar previsto no art. 318, V, do CPP.

Requerem, ao final, a revogação da prisão preventiva ou subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, ou a substituição da prisão cautelar pela domiciliar .

A liminar foi indeferida às fls. 329-331.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 369-371, manifestou pela denegação da ordem, em parecer não ementado.

É o relatório.

**Decido.**

**O habeas corpus está prejudicado.**

Com efeito, em consulta ao sítio do Tribunal de origem ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)) verifico que, em 07/08/2019, sobreveio sentença condenatória em desfavor da paciente, cuja reprimenda atingiu o patamar de 07 (sete) anos de reclusão em regime inicialmente fechado. Na ocasião, o MM. Magistrado acrescentou novos fundamentos para manter a prisão preventiva da paciente, conforme se extrai do seguinte excerto do r. édito condenatório que passo a colacionar, **litteris**:

*" Dessa forma, torno definitiva a pena em 07 (sete) anos de reclusão e multa de 700 (setecentos) dias-multa. Valor do dia multa (art. 49, §1º, CP): Estabeleço cada dia multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (art. 33, CP): A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida em regime FECHADO, tendo em vista a reincidência específica, revelando a sentenciada, com esta terceira condenação por tráfico de drogas, desígnios contrários à aplicação da lei penal, bem como a extrema gravidade, prejudicialidade e reprovabilidade da conduta. Prazo para recolhimento da multa (art. 50, CP): A multa deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da presente sentença; Pagamento das custas (art. 804, CPP): Condeno a ré ao pagamento das custas processuais. Da substituição da pena por restritiva de direito: A sentenciada não faz jus à substituição da pena prevista no artigo 44 do Código Penal, uma vez que aplicada pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos. Do direito de recorrer em liberdade: **Considerando que a ré se encontra custodiada, a pena aplicada, o regime inicial de cumprimento da pena estabelecido e a não substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nego o direito de recorrer em liberdade. Some-se a isto a circunstância de que a sentenciada possui duas condenações, tendo apenas uma delas transitada em julgado, revelando a existência de risco à ordem pública e consequente necessidade de resguardá-la, impedindo, portanto, a reiteração delitiva. Além disto, tendo sido beneficiado com a progressão do regime para o aberto, voltou a delinquir, deflagrando a presente ação penal. Contudo, entendo que deverá ser concedido o direito de recorrer no regime em***

*que foi condenado. Desta forma, determino o cumprimento PROVISÓRIO DA CONDENÇÃO EM ESTABELECIMENTO CARCERÁRIO COMPATÍVEL COM O REGIME PRISIONAL IMPOSTO à RÉ, mantendo a prisão cautelar do réu, agora pelas razões expressas na presente sentença, onde se reconhece autoria e materialidade de crime que aflige a sociedade, bem assim a possibilidade de fuga em face do conhecimento da condenação. EXPEÇA-SE GUIA DE RECOLHIMENTO PROVISÓRIA"*

Portanto, conforme o entendimento sedimentado por esta Corte, o presente feito encontra-se prejudicado, uma vez que se insurge contra decreto prisional que não mais subsiste devido à superveniência de novo título prisional com novos fundamentos.

A **contrario sensu**, os seguintes precedentes da 5ª Turma desta Corte sobre o tema:

*"[...] PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS. [...]*

*[...]*

*2. A sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal.*

*[...]" (HC n. 355.431/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 1º/2/2017).*

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. CUSTÓDIA CAUTELAR MANTIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE ACENTUADA DO DELITO. NATUREZA DO ENTORPECENTE (COCAÍNA). EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ILÍCITA COM HABITUALIDADE. PERICULOSIDADE DO AGENTE. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA (ART. 319 DO CPP). CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*2. A superveniência de sentença condenatória não possui o condão de prejudicar a análise do habeas corpus em que se discute a fundamentação da prisão preventiva, desde que não acrescentados novos fundamentos ao decreto prisional primitivo.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

[...]” (HC n. 353.894/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe DE 15/12/2016).

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do RISTJ, julgo **prejudicado** o presente recurso ordinário.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator